



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SOLICITAÇÃO Nº	027/2023
ASSUNTO:	Registro de Preços para aquisição de combustíveis

1. Definição do objeto

O objeto da presente contratação visa o **REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais aquisições de combustível (gasolina comum e óleo diesel) destinados ao uso dos veículos, motos, máquinas rodoviárias e maquinários pertencentes à Frota de Máquinas e Veículos do Município.**

2. Fundamentação da contratação

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual, conforme demonstrado nas planilhas anexas, conciliando os itens do PAC com os solicitados. A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudos Técnicos Preliminares de cada Secretaria e anexo a esse processo.

3. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para futuras e eventuais aquisições de combustíveis destinados ao uso dos veículos, motos, máquinas rodoviárias e maquinários pertencentes à Frota de Máquinas e Veículos do Município, conforme quantidade e características constantes na relação em anexo.

4. Requisitos da contratação

Os serviços e materiais tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Para o fornecimento dos combustíveis pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação.

As descrições e quantidades encontram-se em anexo. A empresa vencedora do item 01 do Lote 01 (gasolina comum), abastecerá os veículos do Município através das próprias bombas de abastecimento em posto de abastecimento, com localização num raio de até 15 Km (quinze quilômetros) da Sede Administrativa, diretamente nos tanques dos veículos do MUNICÍPIO. Para cada abastecimento será emitida uma requisição, em formulário próprio do MUNICÍPIO, na qual constará a quantidade de litros abastecidos (com todas as casas decimais), a data do abastecimento, o nome da Secretaria responsável e com as assinaturas do condutor do veículo no momento do abastecimento e rubricada pelo responsável da empresa pelo abastecimento. A empresa vencedora do item 02 do Lote 01 (óleo diesel S10), abastecerá os veículos e maquinários do Município através das próprias bombas de abastecimento em posto de abastecimento, com localização num raio de até 05 Km (cinco quilômetros) da Sede Administrativa, diretamente nos tanques dos veículos e máquinas do MUNICÍPIO. Para cada abastecimento será emitida uma requisição, em formulário próprio do MUNICÍPIO, na qual constará a quantidade de litros abastecidos (com todas as casas decimais), a data do abastecimento, o nome da Secretaria responsável e com as assinaturas do condutor do veículo/máquina no momento do abastecimento e rubricada pelo responsável da empresa pelo abastecimento.

O limite geográfico estabelecido está em consonância com as disposições legais por atender aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa, na medida em que admitir distância rodoviária superior ao limite definido configura prejuízo para a Administração, por implicar em maior dispêndio de combustível, tempo e desgaste dos veículos/máquinas, custos estes que devem ser considerados em face da frequência de abastecimento. O critério para definição da localização

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro – Cep: 98758-000

Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: administra@novaramada.rs.gov.br



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

geográfica considerou o custo aproximado para cumprir o trajeto Sede Administrativa – empresa vencedora – Sede Administrativa.

O pagamento será realizado mensalmente, até o dia 10 do mês posterior à efetivação dos abastecimentos, mediante a apresentação das Notas fiscais/cupons e autorização de cada Secretaria.

O orçamento não necessita ser sigiloso.

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, modalidade Registro de Preços, menor preço por item, aonde serão **REGISTRADOS PREÇOS**, conforme regulamenta o Decreto Executivo Municipal nº 4.609, de 12 de maio de 2023.

O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deverá também ser exigido ainda do licitante:

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas;
- Declaração que atende os requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei;
- Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (preferência na contratação);
- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

Deverá das empresas classificadas em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (ceiscadastro.cgu.gov.br) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (portaldatransparencia.gov.br);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br);

- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br);

- Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa.

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- advertência;
- multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 2 desse termo.

5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6. A aplicação das sanções previstas no item 2 deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7. Na aplicação da sanção prevista no item 2, alínea “b”, do presente termo será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 1 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

5. Modelo de execução do objeto

A empresa vencedora do item 01 do Lote 01 (gasolina comum), abastecerá os veículos do Município através das próprias bombas de abastecimento em posto de abastecimento, com localização num raio de até 15 Km (quinze quilômetros) da Sede Administrativa, diretamente nos tanques dos veículos do MUNICÍPIO. Para cada abastecimento será emitida uma requisição, em formulário próprio do MUNICÍPIO, na qual constará a quantidade de litros abastecidos (com todas as casas decimais), a data do abastecimento, o nome da Secretaria responsável e com as assinaturas do condutor do veículo no momento do abastecimento e rubricada pelo responsável da empresa pelo abastecimento. A empresa vencedora do item 02 do Lote 01 (óleo diesel S10), abastecerá os veículos e maquinários do Município através das próprias bombas de abastecimento em posto de abastecimento, com localização num raio de até 05 Km (cinco quilômetros) da Sede Administrativa, diretamente nos tanques dos veículos e máquinas do MUNICÍPIO. Para cada abastecimento será emitida uma requisição, em formulário próprio do MUNICÍPIO, na qual constará a quantidade de litros abastecidos (com todas as casas decimais), a data do abastecimento, o nome da Secretaria responsável e com as assinaturas do condutor do veículo/máquina no momento do abastecimento e rubricada pelo responsável da empresa pelo



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

abastecimento.

O pagamento será realizado mensalmente, até o dia 10 do mês posterior à efetivação dos abastecimentos, mediante a apresentação das Notas fiscais/cupons e autorização de cada Secretaria.

6. Modelo de Gestão do Contrato

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e Minuta de Contrato, uma vez que os serviços serão solicitados, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Administração.

Como haverá a necessidade de elaboração de contrato, a gestão do mesmo deverá ser realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização dos serviços será realizada pelo servidor Sergio Biancon – Secretário Municipal de Obras, Viação e Trânsito – Adjunto, a ser designado através de Portaria.

7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento será realizado mensalmente, até o dia 10 do mês posterior à efetivação dos abastecimentos, mediante a apresentação das Notas fiscais/cupons e autorização de cada Secretaria.

Para a emissão da nota fiscal a empresa deverá observar o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa do ramo de atividade compatível com o objeto da contratação.

A presente solicitação para contratação de empresa que forneça os itens descritos acima, é a mais vantajosa para a administração pública sob os aspectos da economicidade e eficiência, tendo em vista que a outra alternativa seria a aquisição de tanques de combustíveis, mais se torna inviável no momento, pelo fato do licenciamento do local para armazenamento e demais quesitos para funcionamento, e também pela necessidade de um profissional exclusivo para o controle.

Segue listado possíveis fornecedores:

1. MMC COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - 09.131.909/0003-15
2. COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS MACIEIRA - 20.033.751/0001-11

Os orçamentos foram buscados junto aos fornecedores existentes no Município, não tendo como realizar pesquisa de preços junto aos órgãos oficiais, tendo em vista os critérios que o Município deseja no processo de licitação para esses objetos.

9. Estimativa do valor da contratação

Estima-se para o REGISTRO DE PREÇOS pretendido o valor total de R\$ 3.279.720,00 (três milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e vinte reais.)

Observa-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023.

10. Adequação orçamentária

De acordo com a contratação pretendida como Registro de Preços, no momento da solicitação



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

de empenho será detalhado o Projeto/Atividade, Fonte de Recursos e Detalhamento da Fonte em planilhas anexas, com o respectivo despacho do Setor de Empenhos.

II. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?

(X) NÃO, pois trata-se somente de Registro de Preços, talvez na solicitação de Empenho haverá a utilização destes recursos.

() SIM. QUAL?

Nova Ramada, 13 de novembro de 2023.

Elton Rehfeld

Responsável pela elaboração do TR

Parecer do Responsável financeiro:

- () Há recursos financeiros disponíveis
- () A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual
- () Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de
- (X) Os recursos financeiros estarão disponíveis no momento da solicitação de empenho da prestação de serviço/aquisição de peças/materiais.

Nova Ramada, de novembro de 2023.

Cristina Breitenbach da Silva
Secretária Municipal da Fazenda

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA -TR 27/2023 - GERAL

PROJETO / ATIVIDADE:				CÓDIGO DA DESPESA:			
Fonte de Recursos:				Detalhamento da Fonte:			
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEICULOS			
Cód. PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR. MÁX. ITEM	VLR. TOTAL	CÓD. ALMOX.
2	1	124000	litros	GASOLINA COMUM 5	R\$ 5,75	R\$ 713.000,00	
4	2	416000	litros	ÓLEO DIESEL S10 9401	R\$ 6,17	R\$ 2.566.720,00	
				Total		R\$ 3.279.720,00	


Responsável pela Elaboração


Secretário

Empenhos

Almoxnifado